

Erros vão dificultar votação no Senado

A Comissão de Redação da Câmara se enganou e incluiu no texto do projeto aprovado três artigos na verdade rejeitados. O Senado pode negar urgência na votação.



Apesar do tumulto, a Câmara aprovou o pacote.



Badaró: preparativos para votar.



Uma das muitas tentativas de acordo das lideranças.

Embora rejeitados na tumultuada votação da matéria, ontem de madrugada, três artigos do projeto de reforma fiscal voltaram a fazer parte do pacote econômico, por um engano da Comissão de Redação da Câmara durante a elaboração da redação final do projeto. Na prática, esse erro modificou uma decisão do plenário e complicou ainda mais a votação do pacote no Senado Federal. O senador Itamar Franco (PMDB-MG), diante dos erros, informou que apresentaria requerimento pedindo que não fosse concedida urgência para a votação do pacote no Senado.

"É isso o que dá fazer as votações a toque de caixa e naquele tumulto, como aconteceu ontem" — reclamou um líder do PTB, ao constatar que os artigos 94, 95, 96 e 97 do projeto, embora rejeitados, foram reincluídos no texto do projeto e aprovados na redação final que a Câmara votou ontem pela manhã. Culpando o "açodamento" de Ulysses Guimarães na votação da redação final do projeto, o petebista anunciou que iria pedir hoje a anulação da redação final feita pela Câmara.

Informando-se do problema, o secretário-geral da mesa da Câmara, Paulo Affonso Martins de Oliveira, assegurou que hoje pela manhã a mesa vai enviar um ofício ao Senado fazendo as devidas correções no texto e esclarecendo que realmente ocorrera um equívoco, não havendo má fé de ninguém no episódio.

O erro técnico da comissão de redação restabeleceu no texto do substitutivo do deputado Raimundo Asfora os artigos 94 e 95, que autorizam o ministro da Fazenda a alienar imóveis de propriedade da União, estabelecendo as condições para essa alienação. A Câmara, por unanimidade, havia rejeitado esses artigos, ao votar pedido de destaque de um deputado petebista, por entender que eles dariam ao ministro da Fazenda poderes de vender, por sua iniciativa, parte do patrimônio da União.

O outro dispositivo rejeitado no plenário e reincluído no texto do substitutivo é o artigo 97, que institui o Imposto sobre Transportes, modificando o já existente Imposto sobre Serviços de Transporte Rodoviário Intermunicipal e Interestadual de Passageiros e Cargas. Votado separadamente, ele havia sido rejeitado.

Segundo se comentava na Câmara, havia duas soluções para consertar o erro. Se o Senado não votar o pacote fiscal até hoje cedo, o seu texto poderá ser corrigido a partir da comunicação oficial da mesa da Câmara. Se o "pacote" já estiver aprovado, restará ao presidente Sarney vetar aqueles artigos, a fim de respeitar a vontade do plenário da Câmara.

"Se nenhuma dessas alternativas der certo" — ameaçou um deputado do PTB às 22 horas de ontem —, "a solução será convocar novamente a Câmara para nova votação da redação final do pacote. Ou então recorrer ao Supremo Tribunal Federal para que anule a votação".